nos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, e ainda a aprovação de eventuais acréscimos de custo derivados de deslocações previamente aprovadas;

c) Autorizar a inscrição e participação do pessoal em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional quando não importem custos para o serviço, bem como a inscrição e participação em estágios;

d) Justificar ou injustificar faltas;

e) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;

f) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença;

g) Autorizar o pessoal a comparecer em juízo quando requisitado nos termos da lei de processo.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2006.

30 de Junho de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Alcides Rodrigues Pereira*.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

Deliberação (extracto) n.º 988/2006

Por deliberação de 30 de Junho de 2006 do conselho de administração do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P., o licenciado António Infante da Câmara Trigueiros de Aragão foi nomeado adjunto da agente oficial da propriedade industrial licenciada Elsa Amaral Canhão, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 15/95, de 24 de Janeiro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Julho de 2006. — O Director de Organização e Gestão, *Elpidio Codinha dos Santos*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Despacho normativo n.º 2/2006

Através do Despacho n.º 23/97, de 10 de Abril, foi criado o Sistema Unificado de Controlo (SUC), estrutura autonomizada e descentralizada dirigida pelo Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA) à qual se encontram afectos meios humanos e materiais das Direcções Regionais de Agricultura (DRA).

A gestão do SUC é assegurada por uma comissão permanente, na dependência do conselho de administração único do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) e do INGA, criado pelo Decreto-Lei n.º 250/2002, de 21 de Novembro.

O Despacho Normativo n.º 28/2003, de 16 de Junho, considerando a existência de uma estrutura regionalizada do IFADAP, definiu a primeira fase da integração da estrutura SUC, que se previa culminar com a fusão do IFADAP e do INGA e desta estrutura num único organismo.

A experiência resultante do funcionamento do SUC permite a revisão do sistema, com a criação de um novo modelo para o sistema de controlo no quadro das competências do IFADAP e do INGA.

Nestes termos, determino:

1 — O Serviço Unificado de Controlo (SUC) assegurará todos os controlos físicos necessários à aplicação do sistema de ajudas comunitárias no sector agrícola, sendo a sua gestão assegurada pelo conselho de administração do IFADAP/INGA.

2 — Os recursos humanos a afectar ao SUC constarão de listas nominativas fixadas por despacho do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Os controladores assim credenciados ficarão, para efeitos deste modelo de controlo, funcionalmente afectos ao conselho de administração do IFADAP/INGA.

3 — Os recursos materiais a afectar ao modelo de controlo serão disponibilizados pelo INGA a nível adequado às necessidades, por decisão do conselho de administração do IFADAP/INGA.

4 — O INGA assegurará a necessária cobertura orçamental das despesas directas e custos variáveis resultantes da actividade de controlo, designadamente a utilização de meios logísticos e compensação de encargos com as visitas às explorações objecto de controlo.

5 — Devem cessar as aquisições e destacamentos, efectuados ao abrigo do Despacho Normativo n.º 28/2003, de 16 de Junho, continuando os respectivos colaboradores a assegurar as funções de controlo, integrados nas correspondentes Direcções Regionais de Agricultura e de acordo com as regras fixadas no n.º 1, até à publicação da lista a que se refere o n.º 2, ambos do presente despacho normativo.

6 — São revogados os Despachos Normativos n.º 28/2003, de 16 de Junho, 33/2003, de 16 de Julho, e 14/2004, de 13 de Fevereiro.

7 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da assinatura.

29 de Junho de 2006. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 15 022/2006

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, o mestre Tiago Martins de Oliveira das funções de adjunto que vem exercendo, ao abrigo do despacho n.º 9367/2005, de 27 de Abril.

2 — A presente exoneração produz efeitos a partir do dia 30 de Junho de 2006.

21 de Junho de 2006. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Louvor n.º 560/2006

No momento em que cessa, a seu pedido, funções de adjunto do meu Gabinete, quero expressar ao mestre Tiago Oliveira, por esta pública forma, a minha imensa gratidão pela inextinguível dedicação e profissionalismo com que assegurou as suas funções.

A sua competência, inteligência, vontade de intervir, a sua capacidade de empenho e dedicação aos projectos em que aplicou o seu saber são de relevar, bem como o elevado esforço técnico com que nas áreas de estratégia, planeamento, prevenção e defesa da floresta emprestou apoio à definição de políticas.

Imprimiu, com a sua frontalidade, entusiasmo, espírito interventivo e crítico, uma dinâmica ao tema florestal, na procura de soluções para os muitos problemas que atingem os espaços florestais nacionais.

Daí o meu muito apreço, que é justo manifestar-lhe publicamente.

21 de Junho de 2006. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas

Despacho n.º 15 023/2006

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e a pedido da Direcção-Geral de Veterinária, dou por findo o destacamento de Irene Reigada Teixeira Rodrigues, assistente administrativa especialista, do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral, das funções que vinha desempenhando no meu Gabinete.

O presente despacho produz efeitos a partir de 3 de Julho de 2006.

30 de Junho de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Direcção-Geral de Protecção das Culturas

Rectificação n.º 1116/2006

Tendo sido detectadas incorrecções no despacho (extracto) n.º 13 326/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 26 de Junho de 2006, rectifica-se que onde se lê «promovidos de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março,» deve ler-se «promovidos, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2006».

29 de Junho de 2006. — O Director de Serviços de Gestão, Administração e Apoio Técnico, *Jaime Vidal Abreu*.

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Despacho n.º 15 024/2006

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso dos poderes que me foram conferidos pela Portaria n.º 574/2004, de 28 de Maio, e pelo despacho n.º 3732/2006 (2.ª série),